

O Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, que transpõe a Diretiva 2012/27/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética, estabelece no artigo 12.º e no Anexo IV que as empresas que não sejam Pequenas e médias empresas (PME) devem ser objeto de uma auditoria energética realizada de forma independente e rentável por técnicos devidamente habilitados.

O caráter obrigatório das auditorias presente nas disposições do referido diploma justifica-se pelo potencial de economias de energia significativas associados às grandes empresas impondo, porém, que a mesma seja rentável, ou seja, identifique medidas de eficiência com custo de implementação inferior às economias de energia por elas propiciadas.

Por outro lado, o Anexo IV do mesmo decreto-lei manda também atender a critérios mínimos aplicáveis às auditorias, referindo, nomeadamente, que estas devem ser proporcionadas e suficientemente representativas para proporcionar uma panorâmica fidedigna do desempenho energético global e uma identificação fiável das oportunidades de melhoria mais significativas.

Assim, tendo em conta os objetivos de eficiência energética que a Diretiva 2012/27/EU, transposta pelo Decreto-Lei n.º 68-A/2015 prossegue, em conjugação com a necessidade de explicitar os critérios mínimos a que deve obedecer a realização das auditorias energéticas às instalações, frotas e edifícios das empresas que não sejam PME, nos termos do art.º 12.º e Anexo IV do referido diploma legal, estabelecem-se as seguintes orientações para a boa aplicação dos referidos normativos a seguir pela Direção Geral de Energia e Geologia:

- 1 – As empresas não PME cujos consumos agregados das suas instalações, edifícios e frotas sejam iguais ou superiores a 250 tep e todas as instalações que não tenham caráter temporário, (considerando-se de caráter temporário instalações tais como estaleiros, obras de construção civil ou outras cuja existência temporal seja inferior a 4 anos) devem auditar os consumos energéticos que representem pelo menos 90% do seu consumo global.
- 2 – Independentemente do disposto no número anterior, devem ainda ser obrigatoriamente auditadas as instalações e edifícios de empresas não PME que, individualmente, apresentem um consumo



REPÚBLICA
PORTUGUESA

XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL

superior a 250 tep, bem como frotas associadas a uma unidade de gestão com os mesmos níveis de consumo.

3 – A Direção-Geral de Energia e Geologia deve promover a divulgação destas orientações nomeadamente através do seu sítio da *Internet*.

Lisboa, 18 de abril de 2016.

O Secretário de Estado da Energia

Secretário de Estado da Energia
Jorge Sérgio Sanches